



ATA Nº 02/2017

Aos 09 (nove) dias do mês de junho de 2017, às 15h, na Prefeitura de Encantado/RS, realizou-se assembleia geral ordinária da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (Amvat). Os trabalhos foram dirigidos pelo presidente Carlos Rafael Mallmann. Estiveram presentes os prefeitos dos municípios de Estrela, Encantado, Vespasiano Corrêa, Travesseiro, Forquetinha, Muçum, Arvorezinha, Santa Clara do Sul, Coqueiro Baixo, Capitão, Bom Retiro do Sul, Paverama, Relvado, Ilópolis, Arroio do Meio, Taquari, Marques de Souza, Cruzeiro do Sul, Poço das Antas, Pouso Novo e Putinga, e os vice-prefeitos de Encantado, Arvorezinha, Paverama e Roca Sales, e o secretário de Venâncio Aires. Também prestigiou a assembleia o deputado federal Jerônimo Goergen. Formada a mesa diretiva dos trabalhos, o presidente abriu a assembleia saudando a todos. Em seguida pronunciou-se o deputado federal Jerônimo Goergen, que falou sobre ações na Câmara Federal. Na continuidade ocorreu saudação do prefeito anfitrião, Adroaldo Conzatti, que desejou boas vindas a todos e convidou os presentes para a abertura da Suinofest 2017, no fim da tarde. Na continuidade ocorreram participações. Inicialmente, do diretor da Fecomércio, Daniel Amádio, e do vice-presidente financeiro da entidade, André Luiz Roncato. Eles apresentaram estudo sobre as perdas que o Vale tem com o comércio informal. Segundo os dirigentes, uma projeção da entidade mostra que o Vale do Taquari perde mais de R\$ 8,4 bilhões anuais com a pirataria, o que equivale a 19,74% do Rio Grande do Sul. Eles sugeriram a criação de comitês nos municípios para atuar no combate a este tipo de comércio; de legislação específica nas cidades a fim de regulamentar a realização de feiras itinerantes e uma fiscalização maior. “São grandes organizações, relacionadas com o crime organizado. O que achamos que é uma simples pessoa ganhando a vida, muitas vezes está se engajando com o crime organizado”, advertiu Roncato. A situação do setor leiteiro foi outro tema discutido na assembleia. O assunto foi abordado pelo secretário da Agricultura de Estrela, José Adão Braun; pela presidente do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari, Cintia Agostini, e pelo presidente da Dália Alimentos, Gilberto Piccinini. O secretário ressaltou a importância do papel da Amvat para auxiliar na busca de soluções para enfrentar a situação. Segundo ele, o Rio Grande do Sul, pela proximidade com o Uruguai, tem recebido o maior impacto. “Conforme o Instituto Gaúcho do Leite, de janeiro a dezembro de 2016, o leite em pó importado chegou 50.153 toneladas, ou seja, 431.081.400 litros de leite fluido. Em 2017 a situação continua. De janeiro a maio foram 14.791 toneladas de leite em pó, totalizando 130.344.200 litros de leite fluido”, ressaltou Braun. “Precisamos reagir contra isto. Não somos contra a importação, mas deve haver um equilíbrio”, acrescentou. Os participantes lembraram que no ano passado, em função da importação, houve uma queda no preço do leite em R\$ 0,40 em apenas dois meses. Citaram que o projeto de lei do crédito presumido retornou à

Assembleia Legislativa, sendo necessário trabalhar junto aos



deputados. Foi solicitado que a Amvat agende audiência com o governador do Estado para expor esta situação, o que será feito. Encerradas as participações, foram discutidos temas apresentados pelos prefeitos. Klaus Schnack, de Arroio do Meio, apresentou situação relacionada ao Programa Minha Casa, Minha Vida, que está trazendo dificuldades para o município. Citou que o enquadramento no limite obrigatório de avaliação dos imóveis (construção mais terreno) é de R\$ 105.000,00 para os municípios de 20 mil até 50 mil habitantes e R\$ 95.000,00 para municípios de até 20 mil habitantes, que o único município da região com mais de 50 mil habitantes é Lajeado. onde o limite está em R\$ 140.000,00. A dificuldade de Arroio do Meio, e acredita que de outras cidades também, é conseguir produzir imóveis nesta faixa. Assim sendo, solicitou apoio da Amvat, o que foi aprovado pelo plenário, para que a entidade gestione junto à Caixa Econômica Federal – Setor Financeiro da Habitação - para que na nossa região, onde os municípios são muito próximos um do outro e possuem as mesmas características sócio- econômicas, padronize-se o valor igual ao de Lajeado, ou seja, R\$140.000,00. O prefeito de Taquari, Emanuel Hassen de Jesus, manifestou-se acerca de novas exigências sanitárias para o funcionamento de açougues e fiabrerias, que segundo ele vai prejudicar o funcionamento de grande número de estabelecimentos em seu município. O valor para as adequações exigidas, segundo ele, é muito alto, o causará o encerramento das atividades. Situação semelhante foi relatada por outros prefeitos, como os de Estrela e Bom Retiro do Sul. A sugestão do prefeito de Taquari é a Amvat dirigir-se à Secretaria da Saúde e Casa Civil do Governo do Estado para solicitar a revisão das normas, flexibilizando a legislação. Houve, ainda, a indicação de prefeitos para o Corepe – Trecho 4, que agora é formado também pela região do Vale do Rio Pardo. Foram indicados os prefeitos de Arroio do Meio (titular) e o de Teutônia (suplente). A respeito, a presidente do Codevat, Cíntia Agostini, lembrou que através do Corepe o Vale do Taquari conseguiu muitas obras, mas que agora, tendo em vista mudança efetuada pelo Governo do Estado por meio de decreto editado no final de fevereiro, o órgão não tem mais o caráter que tinha antes. Disse que o Corepe solicitou audiência na Secretaria dos Transportes para discutir esta mudança, ainda não tendo retorno. “Temos que exigir que o secretário nos receba, pois queremos continuar trabalhando”, afirmou. O prefeito de Arroio do Meio, Klaus Schnack, observou que é preciso indicar prefeitos independente da mudança, para que o Executivo possa seguir acompanhando o trabalhos dos Corepes. A presidente do Codevat colocou ainda a situação da concessão da BR-386, informando que será realiza a quinta reunião do grupo técnico no dia 29 de junho, em Brasília. Segundo ela, a indicação do grupo é de que se inclua nas obras de duplicação o trecho de Carazinho. Disse que o trabalho feito incluiu no projeto obras em vários municípios do Vale, o que representa quase R\$ 200 milhões em obras. Frisou que nos 530 quilômetros da concessão, cinco praças de pedágio serão

na BR-386 e que o grupo está trabalhando com a perspectiva de haver uma tarifa uniforme. Depois do dia 29, conforme Cíntia, a nova proposta será



apresentada às regiões, já que a inicial não foi aceita. Informou, por fim, que ainda não há um teto para a tarifa do pedágio. Sendo estes os assuntos, o presidente encerrou os trabalhos. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

**Carlos Rafael Mallmann,
Presidente da AMVAT**